

Congresso faz autoconvocação para limpar a pauta e anistiar Lucena

Geraldo Magela

LÚCIA MOTTA

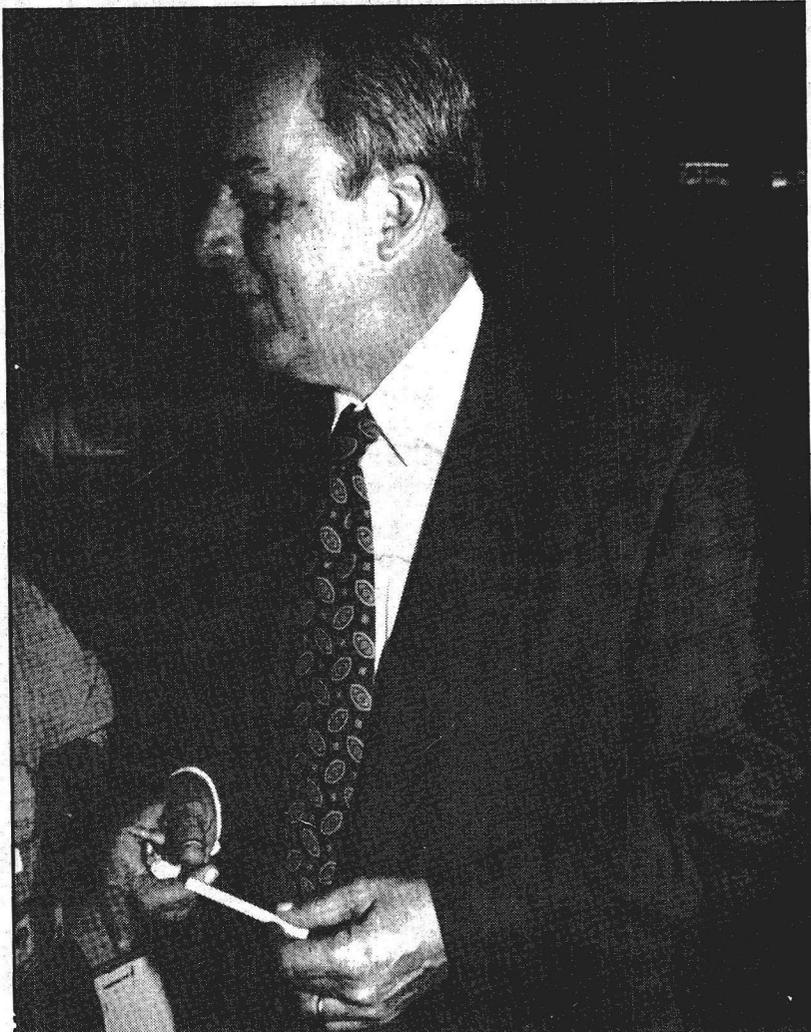
O Congresso Nacional decidiu ontem fazer uma autoconvocação extraordinária, que vai manter a Câmara e o Senado funcionando normalmente de hoje até o dia 31 de janeiro, a um custo de R\$ 1,4 milhão. A convocação servirá para que os parlamentares aprovem o Orçamento de 95, os créditos suplementares ao Orçamento, no valor de R\$ 27,9 milhões, e 54 medidas provisórias, que têm validade até 10 de janeiro. Mas também permitirá que sejam votados o projeto que concede pensão vitalícia a ex-presidentes da República e a anistia para o senador Humberto Lucena (PMDB-PB).

A convocação foi decidida ontem de manhã por Lucena e pelo presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira. Ao contrário do que determina a Constituição, o ato convocatório, que será lido na sessão de hoje, às 9h30, não especifica os projetos e medidas provisórias que serão apreciados no período de convocação. Apesar de incluir matérias polêmicas, como a anistia a Lucena, o salário dos parlamentares e a lei de concessões, o ato cita apenas vagamente que o Congresso apreciará matérias previstas na Constituição (medidas provisórias e Orçamento) e projetos de lei em tramitação na Câmara, no Senado e no Congresso.

“Essa Casa se rege pelas tradições”, comentou o primeiro vice-presidente da Câmara, Adylson Motta (PPR-SC) ao discordar dos termos da convocação.

Mas Inocêncio nega, diplomaticamente, que os termos vagos utilizados tenham o objetivo de esconder a inclusão da anistia de Lucena — que teve novo mandato de senador cassado pela Justiça Eleitoral — entre os projetos a serem votados. Segundo Inocêncio Oliveira, o projeto será tratado como qualquer outro, além de existirem muitos outros temas importantes na pauta de votação. Mas, logo em seguida, Inocêncio lembrou que a Câmara conseguiu praticamente “limpar” a pauta, não deixando nenhum projeto importante para a próxima legislatura. Além do projeto de pensão vitalícia para os ex-presidentes aprovado ontem no Senado, o único projeto polêmico é o da anistia.

Anistia — O PMDB vai, mais uma vez, tentar aproveitar o quórum alto previsto para a votação do Orçamento, na próxima semana (terça e quarta-feiras), para colocar na pauta de votação da Câmara o projeto de anistia. O líder do partido na Câmara, deputado Tarcísio Delgado (MG), quer tentar aprovar



Adylson Motta discordou ontem dos termos da autoconvocação

o projeto para evitar constrangimentos na posse do presidente eleito, Fernando Henrique Cardoso. O novo presidente receberia o cargo de um presidente do Congresso que não poderá assumir um novo mandato por ter cometido crime eleitoral.

O esforço do PMDB, no entanto, não deverá ter resultados. Líderes que permaneceram em Brasília ontem acreditam que será difícil chegar a um quórum suficientemente alto para garantir a aprovação do projeto, apesar do Orçamento estar na pauta. “O mais provável é que seja votado apenas em janeiro”, afirma um membro da Mesa Diretora da Câmara. Na próxima semana deverão ser aprovados apenas o Orçamento e os dois projetos de crédito suplementar.

O presidente da Câmara também avisou que não dará ao projeto de anistia nenhum tratamento privilegiado. Ele permanecerá como o quinto item da pauta, com votação nominal, tanto para o pedido de urgência quanto para o projeto em si. Na quarta-feira última, mesmo com um bom número de parlamentares no Congresso, não se conseguiu sequer o quórum mínimo necessário para a votação — 252 parlamentares. Ontem, no Congresso, acreditava-se ser difícil levar mais deputados ao plenário nas vésperas

do Natal.

Custos — A convocação do Congresso vai custar aproximadamente R\$ 1,4 milhão somente para o pagamento da ajuda de custo que senadores e deputados têm direito para trabalhar durante o recesso, de 16 de dezembro a 31 de janeiro. Cada parlamentar tem direito, por convocação, a um valor aproximado de R\$ 2,4 mil, metade paga no início e metade no final do prazo da convocação. Os funcionários não receberão nenhuma complementação salarial extra, uma vez que já têm a Gratificação de Atividade Legislativa (GAL) incorporada aos seus salários.

O vice-presidente da Câmara, deputado Adylson Motta, defendeu a decisão de optar por uma convocação única de hoje até 31 de janeiro, como forma de evitar maiores gastos. Ele lembra que as 54 medidas provisórias cujos prazos estão próximos de expirar obrigariam o Congresso a ser convocado a cada reedição, representando novos gastos — cada convocação, seja ela por qualquer período, dá direito ao parlamentar a receber a ajuda de custo de R\$ 2,4 mil, equivalentes a 60% dos seus subsídios. Mas os presidentes da Câmara e do Senado poderiam ter optado por uma simples prorrogação da atual sessão legislativa, que não exigiria nenhum gasto extra para os cofres da União.